



CASO MASTER

Agentes apontam a necessidade de novas diligências para aprofundar o papel de cada integrante do esquema criminoso

PF prepara novas fases de investigações

» RENATO SOUZA

Ed Alves/CB/D.A Press



Reprodução



O ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa e o ex-banqueiro Daniel Vercaro estão presos, e advogados de ambos tentam negociar acordos de delação premiada

Investigadores responsáveis pela Operação Compliance Zero, da Polícia Federal, que apura o esquema fraudulento envolvendo o Banco Master e o Banco de Brasília (BRB), avaliam que o organograma da organização criminosa criada para operacionalizar o caso ainda não está completo. A investigação deve ter novas fases nas próximas semanas para esclarecer questionamentos. Um deles é saber quem era o principal beneficiado do esquema de lavagem de dinheiro e pagamento de propinas.

A atividade central do grupo criminoso, de acordo com as investigações, era vender títulos podres do Master para o BRB, a fim de lucrar com as operações e garantir a vida de luxo dos envolvidos no esquema. Para isso, o grupo criou tentáculos no sistema financeiro, no setor bancário e também na mídia, garantindo a diluição dos recursos das fraudes em contratos supostamente lícitos. O ápice do plano seria a compra do Master pelo BRB, anunciada em março de 2025, mas vetada pelo Banco Central em setembro do mesmo ano, ou seja, dois meses antes de a autoridade monetária liquidar extrajudicialmente o Master.

Duas delações que estão encaminhadas devem acrescentar capítulos adicionais na investigação: a de Daniel Vercaro, dono do Master, e do advogado Daniel Lopes Monteiro, acusado de ser o operador jurídico e financeiro do esquema de fraudes bilionárias.

A avaliação é de que ambos os delatores devem apontar o envolvimento de políticos e servidores públicos no esquema, inclusive, autoridades de cargos elevados nos Três Poderes, e, certamente, haverá desdobramentos em várias campanhas eleitorais deste ano.

Um dos alvos na mira das investigações é o ex-governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha (MDB), que está no exterior e chegou a ser citado por Vercaro como presente em encontros que discutiram a compra do Master pelo BRB, mesmo após o banco da capital federal ter identificado a compra de R\$ 12,2 bilhões títulos podres, com tendência de causar prejuízo bilionário aos cofres da instituição que vem tentando se capitalizar para reduzir o tamanho do prejuízo deixado pelas operações com o banco de Vercaro.

Outra delação que está sendo preparada é de Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB, que está detido no presídio da Papuda, em Brasília. Ele também teria como alvo supostas participações de Ibaneis Rocha na decisão sobre as ações do BRB.

O ex-governador nega ter realizado encontros para discutir qualquer atividade ilegal ou ter realizado pressões para a compra do Master pelo BRB. Os investigadores apontam que as novas diligências pretendem recolher documentos e provas sobre o papel de cada um dos agentes no esquema criminoso.

Costa e Vercaro eram próximos de vários caciques de partidos do Centrão. A questão é quem vai delatar quem primeiro. Vale lembrar que, em entrevista ao *CB.Poder*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes destacou que uma colaboração, para ser aceita em troca de benefícios, precisa acrescentar novidades para a investigação. Além disso, ele lembrou que ela não pode ser seletiva, de forma que o delator escolha os alvos e omita dinheiro recebido e ocultado nas operações de corrupção.

Comprovação

Com as delações sendo negociadas, os investigadores passam

para a etapa de levantar evidências dos núcleos montados pela organização criminosa e se concentram na descrição do papel de cada envolvido. Uma dificuldade é conseguir provar o que era legal ou ilegal no esquema, como contratos aparentemente lícitos, mas que eram usados para lavar dinheiro, ocultar patrimônio ou ser desviado para as contas pessoais dos beneficiários para o pagamento de propina.

“Nós temos policiais muito bem preparados para este tipo de investigação, que sabem detectar muito bem essas diferenças do que é lícito ou ilícito. Não só o conhecimento técnico, mas empírico. Mas o grande problema neste tipo de investigação é fazer a comprovação. Existem várias maneiras de tentar limpar os rastros, não deixar o traço do dinheiro, o famoso ‘follow the money’, e outras tentativas de tentar dissimular essa utilização indevida, ilegal do dinheiro”, destaca Flávio Werneck, diretor de Estratégia da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef).

Os novos desdobramentos da Operação Compliance Zero também devem concentrar-se no uso de contratos de fachada de publicidade para ocultar dinheiro proveniente de propina, lavagem ou para tentar pressionar autoridades reguladoras, como o Banco Central. Os investigadores atuam para separar o que são contratos de mídia legítimos, voltados para ações do banco e divulgação de produtos e resultados, dos que foram adotados exclusivamente para beneficiar os envolvidos no esquema.

Na lista de documentos, estão contratos milionários, como no caso do *Portal Metrôpoles*, do senador cassado Luiz Estevão, já condenado em outros processos e que teria recebido R\$ 27 milhões por meio de sua empresa de mídia.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) aponta que, no caso do *Metrôpoles*, houve débito imediato dos valores pagos, atitude que pode configurar possível movimentação de recursos em benefício de terceiros. A Léo Dias Comunicações, do

jornalista Léo Dias, recebeu R\$ 9,9 milhões do Master. O site *O Bastidor* está na lista como alvo de pagamentos de R\$ 2 milhões e o site *Vero Notícias* teria recebido pelo menos R\$ 1 milhão. A nota fiscal emitida em razão da operação cita que os valores seriam para a prestação de publicidade.

Todos esses contratos, assim como outros pagamentos, como o de serviços de advocacia, como é o caso do contrato de R\$ 129 milhões pagos para Viviane Bacchi de Moraes, esposa do ministro Alexandre de Moraes, e o de R\$ 6,1 milhões destinados para a Lewandowski Advocacia. Ambos estão passando por um pente-fino dos investigadores da PF, a fim de avaliar e comprovar quais das movimentações estão atreladas a práticas criminosas.

“As dificuldades são maiores neste tipo de investigação pela complexidade deste tipo de caso. Dificuldade de comprovação, pois como é um processo penal, tem de ter toda comprovação para não deixar uma pessoa que é inocente ser condenada.

O objetivo é realmente ter uma condenação justa”, diz Flávio Werneck.

Força-tarefa

Membros do Ministério Público Federal (MPF), ouvidos pela reportagem sob sigilo, defendem a criação de uma força-tarefa para lidar com a situação. “Já deveria existir uma força-tarefa para tratar deste caso. Além de envolver nomes da cúpula da política, tem muito dinheiro envolvido, núcleos em vários estados, como em São Paulo e em Brasília. É uma organização criminosa estruturada”, defende um procurador.

Com as investigações policiais avançando e chegando ao Poder Judiciário, a situação também exige trabalho reforçado no Ministério Público. Além de poder conduzir investigações próprias, a autarquia pode solicitar diligências, firmar acordos de delação e apontar a necessidade de esclarecimentos, tanto por parte dos envolvidos como da própria autoridade policial. A avaliação no MPF é de que o esquema central pode resultar em diversos desdobramentos, o que exige um acompanhamento constante da situação.

Fachin libera venda de imóveis para BRB

» WAL LIMA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, suspendeu a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) que impedia a venda de imóveis públicos do Distrito Federal para fortalecer as finanças do Banco de Brasília (BRB). De acordo com a decisão do magistrado, a suspensão causava “grave lesão à ordem administrativa”, impedindo a implementação de uma política pública formulada pelos Poderes Executivo e Legislativo de tentarem socorrer o banco público.

“O Banco de Brasília desempenha papel central no sistema financeiro do Distrito Federal, sendo responsável pela operacionalização de programas sociais relevantes, pelo pagamento de servidores públicos, pela gestão de volumes expressivos de depósitos — inclusive judiciais — e pela concessão de crédito em escala significativa à economia local”, escreveu Fachin na decisão, em caráter liminar, atendendo ao pedido do Governo do Distrito Federal (GDF).

A decisão, no entanto, ainda será submetida ao plenário virtual do STF entre 8 e 15 de maio. Além disso, Fachin solicitou que

a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste sobre a decisão monocrática em até 72 horas, que começou a contar na última sexta-feira (24).

Em meio à decisão que beneficia o banco brasileiro, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, determinou medidas cautelares imediatas contra o BRB e instaurou um processo administrativo sancionador para apurar práticas consideradas abusivas na manutenção de débitos automáticos em contas de clientes. A decisão abre caminho

para a aplicação de penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Conforme despacho publicado no *Diário Oficial da União* (DOU), a área técnica da Senacon identificou indícios de recusa sistemática do banco em cancelar débitos automáticos, inclusive em contas destinadas ao recebimento de salários. O relatório que embasou a medida aponta casos de retenção integral de vencimentos, comprometendo diretamente a renda e a subsistência dos correntistas. Procurada, a assessoria do BRB não se manifestou até o fechamento desta edição.

Gustavo Moreno/STF



Presidente do STF, Edson Fachin reverteu decisão do TJDFT